



**Tozzini
Freire.**
ADVOGADOS

BOLETIM
INFRAESTRUTURA E
ENERGIA.

6ª Edição | 2023

Sumário

01

4

02

16

03

18

04

19

05

22

06

26

07

31

08

32

01

Energia.

ANEEL abre Consulta Pública relativa ao tratamento na gestão de outorgas de geração e CUST

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, no dia 09 de maio de 2023, a abertura da Consulta Pública nº 15/2023, com o objetivo de colher subsídios referentes à proposta de tratamento excepcional na gestão de outorgas de geração e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) celebrados por centrais geradoras.

Encerrada no dia 22 de maio de 2023, a proposta de abertura da consulta pública propôs a criação de mecanismo regulatório excepcional, com adesão voluntária, que consiste na revogação de outorga de geração com devolução das respectivas garantias de fiel cumprimento, quando aplicáveis, e isenção de eventuais multas decorrentes de processos de fiscalização em andamento.

A proposta de abertura da consulta pública também propôs a autorização para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) rescinda os CUST celebrados com centrais geradoras sem aplicação de multas rescisórias desde que o agente de geração: **(i)** apresente anuência das concessionárias de transmissão para rescisão dos contratos de conexão às instalações de transmissão celebrados, quando aplicável; **(ii)** não possua débitos de encargos de uso do sistema de transmissão devidos às transmissoras; **(iii)** apresente renúncia de qualquer discussão judicial relacionada aos CUST celebrados; e **(iv)** que esteja adimplente com os encargos setoriais e que não possua Contratos de Comercialização de Energia Regulados (CCEAR) vigentes.

O prazo para os agentes interessados em aderir à proposta se encerrou no dia 06 de junho de 2023. Os agentes que aderiram à proposta teriam até o dia 30 de junho para apresentar ao ONS um termo de declaração e a declaração da transmissora em relação aos Contratos de Conexão de Transmissão (CCT).

ANEEL abre Consulta Pública para o aprimoramento da chamada de hidrogênio verde

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 06 de junho de 2023, a abertura da Consulta Pública nº 18/2023, com o objetivo de colher subsídios a respeito da minuta da Chamada nº 23/2023 de projeto estratégico apoiado pelo Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) gerido pela ANEEL, intitulado “Hidrogênio Renovável no Contexto do Setor Elétrico Brasileiro” para a adesão de empresas de energia elétrica.

As diretrizes da Chamada nº 23/2023 compreendem a proposição de arranjos técnicos e comerciais para avaliação e inserção de sistemas de produção de Hidrogênio Renovável no setor elétrico brasileiro, de forma integrada e sustentável, buscando também criar condições para o desenvolvimento de base tecnológica, da infraestrutura de produção nacional e a geração de novos modelos de negócio para o Setor Elétrico no âmbito da cadeia produtiva do Hidrogênio, promovendo a integração com os demais segmentos da economia e da indústria.

A consulta pública estará disponível para contribuições no período entre 07 de junho de 2023 a 24 de julho de 2023.



Governo do Estado de São Paulo lança Plano Estadual de Energia

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), anunciou, no dia 19 de maio de 2023, o lançamento do Plano Estadual de Energia (PEE) 2050, estabelecendo diretrizes para o incentivo a projetos de transição energética e de redução de emissões de gases de efeito estufa no Estado.

Até o momento, a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVEST-SP) identificou 21 projetos em andamento somando investimentos privados na ordem de R\$ 16,8 bilhões – sendo que, desses projetos, 14 envolvem a área de energia, 3 envolvem o setor automotivo, de máquina e equipamentos, 2 envolvem a atividade de tratamento de resíduos, 1 engloba os setores de mineração, metalurgia e metalmecânica e 1 envolve o setor de comércio e serviços. A expectativa do Governo Estadual é que o PEE 2050 seja concluído até o fim do ano.

Comissão Especial da Transição Energética é instalada na Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados instalou, em 31 de maio de 2023, a Comissão Especial da Transição Energética e Produção do Hidrogênio Verde no Brasil, com o objetivo de trazer ao Congresso Nacional as discussões relativas à implementação das medidas para transição da energia verde no Brasil, bem como de promover pesquisas e debates a respeito da transição energética no país, destacar iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional, avaliar e conduzir os debates do Governo Federal, além de realizar a interlocução com as diversas entidades representativas do setor de energia na sociedade.

Para o início das atividades da Comissão, um plano de trabalho será apresentado através de um relatório elaborado em conjunto com o Governo Federal, além de especialistas, ambientalistas e a sociedade civil, para que o texto trate do meio ambiente, sustentabilidade e economia verde.

Projeto de Lei prevê mecanismos de geração de renda através de excedente de energia elétrica de consumidores

O Projeto de Lei (PL) nº 2420/2023, em trâmite no Senado Federal desde o dia 09 de maio de 2023, prevê hipóteses de geração de renda para consumidores em situação de vulnerabilidade social através do excedente de energia elétrica produzido em sede de Micro e Minigeração Distribuída.

Para tanto, o PL propõe a alteração, principalmente, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), do Marco Legal de Microgeração e Minigeração Distribuída (Lei nº 14.300/2022), do SCEE e do Programa de Energia Renovável Social (PERS). Entre tais alterações, destaca-se a proposição do PL com relação à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, em que o PL prevê a dispensa da licitação quando adquirido o excedente de energia elétrica de unidades consumidoras beneficiárias de programas sociais ou habitacionais de todos os entes federativos, conforme disposto pelo inciso VIII do Marco Legal de Microgeração e Minigeração Distribuída.

Além disso, o PL também acrescenta o artigo 36-A ao Marco Legal Microgeração e Minigeração Distribuída, que prevê a possibilidade de que a unidade consumidora participante do SCEE possa comercializar o excedente de energia elétrica com órgãos públicos desde que seja beneficiária de programa social ou habitacional das esferas federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

O PL agora aguarda os ritos de tramitação ordinários do Senado Federal para avançar no Congresso Nacional.

02 Ferrovias.

ANTT realiza segunda sessão pública sobre relicitação da Malha Oeste

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizou, em 03 de maio de 2023, a segunda sessão pública da Audiência Pública nº 5/2023, a fim de colher contribuições às minutas de edital e do contrato de concessão para relicitação da Malha Ferroviária Oeste, que possui 1.623 km de extensão. O objetivo é o aprimoramento dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a concessão da exploração do trecho, que atravessa os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A previsão de investimentos no projeto é de cerca de R\$ 18 bilhões durante os 60 anos de concessão. Para mais informações, [acesse aqui os documentos da Audiência Pública](#).



03 Portos.

ANTAQ aprova a realização de certames para arrendar terminais em Alagoas e no Rio Grande do Sul

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, em 18 de maio de 2023, a realização de licitação para arrendamento dos terminais portuários “MAC 11” e “MAC 12”, localizados no Porto de Maceió-AL. As áreas são destinadas à movimentação de combustíveis e, considerando ambos os arrendamentos, estão previstos mais de R\$ 57 milhões em investimentos pelo prazo de 25 anos. Além disso, a ANTAQ aprovou o arrendamento do terminal POA 01, localizado no Porto de Porto Alegre-RS, pelo prazo de 10 anos, com previsão de R\$ 17 milhões em investimentos totais. Os três terminais serão leiloados por arrendamento simplificado.

ANTAQ realiza a primeira Audiência Pública para concessão do Porto de Itaguaí- RJ

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, em 19 de maio de 2023, sessão de audiência pública para análise da documentação relativa ao arrendamento do terminal “ITG 02”, localizado no Porto Organizado de Itaguaí-RJ. A área se destina à movimentação e à armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente minério de ferro. Com o arrendamento, estão previstos mais de R\$ 2 bilhões de investimentos no terminal, a serem alocados ao longo dos 25 anos de concessão. [Acesse aqui as minutas](#).

021

Petróleo e Gás.

ANP realiza workshop para esclarecer dúvidas sobre a redução de metas por meio de contratos de longo prazo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) promoveu, em 23 de maio de 2023, um workshop sobre contrato de fornecimento de biocombustíveis de longo prazo, regulamentado na Resolução ANP nº 791/2019, recentemente alterada pela Resolução ANP nº 921/2023, para inclusão de previsão de redução da meta anual individual definitiva em decorrência da comprovação de aquisição de biocombustíveis. O objetivo do workshop foi fornecer esclarecimentos aos agentes regulados sobre a redução das metas dos distribuidores de combustíveis, por meio de contratação de longo prazo com produtores de biocombustíveis certificados no âmbito do RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis).

ANP realiza audiência pública sobre revisão da regulação de segurança operacional em E&P

A ANP realizou, em 16 de maio de 2023, a Audiência Pública nº 28/2023, para discutir a revisão do arcabouço regulatório de segurança operacional para as instalações de exploração e produção de gás natural e petróleo. Vale mencionar que a audiência pública está inserida no contexto de revisão da base regulatória de prevenção de riscos operacionais, que acabará por consolidar cinco resoluções e regulamentos técnicos hoje existentes em uma única resolução e regulamento, com o conjunto das práticas de gestão válido para qualquer tipo de instalação. Para mais informações, acesse [aqui](#).

ANP moderniza o procedimento de obtenção de autorização de ponto de abastecimento

A ANP alterou, em 19 de maio de 2023, o processo de autorização para operar instalações de ponto de abastecimento, que passará a ser feito através de formulário eletrônico, disponibilizado no site da ANP, e não mais pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A alteração busca agilizar o processo de obtenção de novas autorizações e a análise dos pedidos de alteração cadastral em até dois dias úteis após o envio do formulário eletrônico. De acordo com a ANP, os agentes que tenham feito pedido de autorização ou de alteração cadastral através do SEI poderão preencher o formulário eletrônico visando de agilizar o seu atendimento pela ANP. Para mais informações, acesse [aqui](#).

Audiência pública debate revisão de regras sobre gás natural liquefeito (GNL)

A ANP realizou, em 30 de maio de 2023, a Audiência Pública nº 01/2023, para discutir sobre a minuta de resolução que disciplinará autorizações para a atividade de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito – GNL a granel, por modais alternativos ao dutoviário. Considerando as diretrizes atuais previstas no âmbito da Portaria ANP nº 118/2000, a audiência pública buscou discutir como aprimorar a regulamentação vigente sobre o tema para contemplar novos modelos de negócio, tendo em vista que as normas técnicas e requisitos de segurança relativos ao gás natural de forma liquefeita foram modernizados ao longo desses anos, reforçando ainda mais a necessidade de substituição da atual portaria. A minuta de resolução dispõe sobre novos modelos de negócio com GNL, inclusive aquele produzido a partir do biometano, que receberá tratamento análogo ao gás natural, conforme disposto na Lei nº 14.704/2021 (Nova Lei do Gás) e em seu decreto regulamentador. Para mais informações, acesse [aqui](#).

Governo Federal institui Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar

O Governo Federal publicou, em 17 de maio de 2023, a Resolução CNPE nº 01/2023, que institui o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT), que irá subsidiar o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na proposição de medidas e diretrizes para promover o melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. De acordo com a resolução, as metas das proposições a serem apresentadas pelo GT incluem: (i) aumento da disponibilidade de gás natural para a produção nacional de fertilizantes nitrogenados, produtos petroquímicos e outros setores produtivos, reduzindo a dependência externa de insumos estratégicos para as cadeias produtivas nacionais e de (ii) integração do gás natural à estratégia nacional de transição energética para contemplar sinergias e investimentos que favoreçam o desenvolvimento de soluções de baixo carbono. Além disso, o GT

também estudará, entre outras medidas: (i) a implementação da permuta (swap) do óleo da União por gás natural, para atendimento dos objetivos do programa; e (ii) de medidas de incentivo à construção da infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás natural. Para mais informações, acesse [aqui](#).

TCU emite parecer técnico sobre a possibilidade de desfazer processo de relicitação

Em resposta à consulta do Ministério de Portos e Aeroportos e do Ministério dos Transportes junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), realizada em 11 de maio de 2023, sobre a possibilidade de desfazer processo de relicitação nos setores rodoviário e ferroviário, a unidade técnica do TCU proferiu, em 24 de maio de 2023, parecer propondo que após a assinatura do termo aditivo de relicitação, a administração pública está vinculada a dar prosseguimento ao novo processo licitatório e a transferência para um novo concessionário. Caso o processo não tenha êxito, o poder concedente pode instaurar ou dar continuidade ao processo de caducidade. Para mais informações sobre o processo, acesse [aqui](#).

Governo do Rio Grande do Sul publica Consulta Pública para concessão de aeroportos regionais

Em 03 de maio de 2023, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou a abertura de consulta pública com o objetivo de colher subsídios referentes à futura concessão à iniciativa privada dos aeroportos regionais Lauro Kurtz, em Passo Fundo, e Sepé Tiajaru, em Santo Ângelo. A consulta pública esteve disponível para contribuições no período entre os dias 03 de maio de 2023 a 09 de junho de 2023. Para mais informações, acesse [aqui](#).

05

Rodovias.



ANTT publica edital de concessão do 1º lote das rodovias no Paraná

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, em 12 de maio de 2023, o edital de concessão do 1º lote de rodovias no Paraná. O projeto prevê investimentos de, aproximadamente, R\$ 7,9 bilhões, ao decorrer dos 30 anos de concessão, que serão destinados à recuperação, operação, manutenção, monitoração e conservação do sistema rodoviário. O leilão está previsto para ocorrer em 25 de agosto deste ano. Todos os documentos relativos à licitação podem ser encontrados [aqui](#).

Governo Federal qualifica o Trecho da BR-101/ES/BA no PPI

O Governo Federal publicou, em 31 de maio de 2023, o Decreto nº 11.539/2023 que qualifica a Rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre o entroncamento com a Rodovia BA-698, no acesso a Mucuri, e a divisa dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para fins de relicitação. Para acessar o Decreto, [clique aqui](#).

06

Saneamento.

ANA abre Tomadas de Subsídios nº 02/2023 e nº 03/2023

A Agência Nacional de Águas (ANA) deu início, em 08 de maio de 2023, ao processo de [Tomada de Subsídios nº 03/2023](#), com a finalidade de colher contribuições para o planejamento da norma de referência sobre condições gerais para prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A consulta pública esteve disponível para contribuições no período entre os dias 08 de maio de 2023 a 06 de junho de 2023. Além disso, em 10 de maio de 2023, a ANA abriu a [Tomada de Subsídios nº 02/2023](#), visando colher contribuições, informações, entendimentos e sugestões para o processo de elaboração da norma de referência sobre a matriz de riscos contratuais dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A consulta pública esteve disponível para contribuições no período entre os dias 10 de maio de 2023 a 05 de junho de 2023.

07

Iluminação Pública.

Prefeitura de Ribeirão Preto publica edital para concessão dos serviços de iluminação pública no município

A Prefeitura de Ribeirão Preto publicou, em 10 de maio de 2023, o edital de concorrência pública para concessão dos serviços de iluminação pública no município de Ribeirão Preto-SP por meio de Parceria Público-Privada (PPP). De acordo com o edital, ficarão sob responsabilidade da concessionária todas as atividades operacionais do sistema de iluminação pública, como a manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede, que receberá investimentos de, aproximadamente, R\$ 100 milhões ao decorrer dos 13 anos de concessão. O leilão aconteceu no dia 27 de junho deste ano. Todos os documentos relativos à licitação podem ser encontrados [aqui](#).

Prefeitura de Alagoinhas publica edital para concessão dos serviços de iluminação pública no município

Em 09 de maio de 2023, a Prefeitura de Alagoinhas publicou o edital de concorrência pública nº 01/2023 para concessão dos serviços de iluminação pública no município de Alagoinhas-BA por meio de Parceria Público-Privada (PPP). De acordo com o edital, ficarão sob responsabilidade da concessionária todas as atividades de desenvolvimento, modernização, melhoramento, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública, que receberá investimentos de, aproximadamente, R\$ 102 milhões ao decorrer dos 13 anos de concessão. O leilão aconteceu no dia 27 de junho deste ano. Todos os documentos relativos à licitação podem ser encontrados [aqui](#).

OS Infra Social.

Governo Federal sanciona Lei que permite a comercialização de créditos de carbono em florestas públicas e unidades de conservação

Em 25 de maio de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.590/2023, que promove alterações sobre o regime de gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Entre as alterações, destacam-se a possibilidade de comercialização de créditos de carbono em florestas públicas e unidades de conservação concedidas e de transferência da titularidade dos créditos de carbono do poder concedente para o concessionário, durante o período da concessão. Para mais informações, [acesse aqui](#).

Estado de Tocantins realiza Audiência Pública sobre construção de nova unidade do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina

O Governo do Estado de Tocantins realizou, em 24 de maio de 2023, audiência pública para coleta de contribuições ao projeto de concessão integrada da nova unidade do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, a ser construída em Palmas (TO). A concessionária será responsável pela construção, gestão, operação e manutenção do novo hospital, pelo prazo de 30 anos. A concessão será executada por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP), com seleção da licitante vencedora pelo critério de menor preço da contraprestação mensal a ser paga pelo poder concedente à concessionária. As contribuições para o aprimoramento do certame foram recebidas até 02 de junho de 2023.

Prefeitura de São Paulo publica edital de licitação do segundo lote de PPP para construção e conservação de centros educacionais

A Prefeitura de São Paulo publicou, em 23 de maio de 2023, o edital de licitação do Lote 2 da Parceria Público-Privada para implantação, manutenção e operação dos Centros Educacionais Unificados. A concessão terá 25 anos de duração e são estimados mais de R\$ 400 milhões em investimentos. A licitante vencedora será selecionada pelo critério do menor preço da contraprestação a ser paga pelo poder concedente à concessionária. O leilão designado para o dia 25 de julho deste ano encontra-se suspenso pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM), desde 13 de junho de 2023. Todos os documentos relativos à licitação podem ser encontrados [aqui](#).

Este boletim é um informativo
da área de Infraestrutura e Energia
de TozziniFreire Advogados.

SÓCIOS RESPONSÁVEIS PELO BOLETIM:

-  Jun Makuta
-  Leonardo Miranda
-  Ana Carolina Calil
-  Caio Loureiro
-  Karin Yamauti Hatanaka
-  José Augusto Dias de Castro
-  Marcelo Zenkner

Mais informações em:

tozzinifreire.com.br

**Tozzini
Freire.**
ADVOGADOS